

COLUNA DE TRAJANO

JOSÉ CRESPO DE CARVALHO  
Professor Catedrático, ISCTE

## A Matemática no Acesso ao Superior

As entradas no ensino superior são sempre um motivo de expectativa. O mercado está ali espelhado, no melhor e no pior que os números podem evidenciar: vagas preenchidas, vagas por preencher e nota de corte, ou seja, a nota do último aluno a entrar numa instituição e num determinado curso.

Este ano, o caso não foi diferente. O número global de candidatos não era superior, antes pelo contrário. As médias dos alunos, nomeadamente a matemática, não eram melhores que as de anos anteriores e, com isto, os cursos que impõem esta disciplina como critério de selecção estão sempre sujeitos a um mercado bastante mais exigido que o mercado potencial.

Podemos, assim, ter uma licenciatura em Gestão ou Economia, ou similar, que exija como critério de selecção a matemática e podemos ter uma mesma licenciatura em Economia ou Gestão, ou similar, normalmente noutro estabelecimento de ensino, que não exija como critério de selecção a nota de matemática. Como tradicionalmente as notas de outras disciplinas são superiores às de matemática estas últimas instituições e cursos podem captar os mercados que tenham feito a disciplina de matemática, mas também os mercados que não tenham feito tal disciplina.

Tal como é feito o financiamento ao sistema de ensino superior público o que importa, essencialmente, é encher a instituição com alunos. Quanto mais alunos mais dinheiro e, conseqüentemente, melhor sobrevivência para a instituição. Quanto menos alunos pior vida e pior sobrevivência.

Neste caso concreto e em particular este ano, o fenómeno de entrada com e sem matemática é bem visível, podendo desde logo concluir-se sobre o que gira à volta deste critério como critério de entrada para um curso.

Por um lado, a instituição pode impor esse critério como base para uma questão de imprescindibilidade. A instituição pode impor esse critério por uma questão de princípio. Pode impor esse critério por uma questão de credibilidade e de afirmação. De reforço do rigor, da exigência e da reputação. Pode, no entanto, perder mercado por essa via.

Por outro lado, tal como a instituição pode impor esse critério pode retirá-lo para captar mercado. Para sobreviver. Para mostrar que está no mercado e que continuará a estar no mercado, dando razão de ser à instituição e ao(s) curso(s). Por isso se verificam alguns casos espantosos de cursos de Economia e de Gestão cuja nota de corte é superior na instituição que não pede matemática àquela que figura na instituição que a pede, com a agravante de esta última instituição vir a poder não preencher, por via do critério matemática, a totalidade das suas vagas.

Devo concluir que, mesmo para um liberal como eu, a coisa não é simples. Não digo que se devam impor critérios de entrada iguais para todos os cursos públicos de raiz similar. O mercado deve, assim, ter opção de escolha. Mas uma questão é certa: se as notas de matemática continuarem a baixar ou mesmo se ficarem estáveis, as instituições públicas que hoje exigem tal disciplina vão pelo menos pensar se não devem facilitar o acesso e ir buscar o mercado que agora estão a perder, mantendo-se o sistema de financiamento. Resultado: a exigência a matemática no secundário vai baixar, o que é mau, e/ou as instituições de ensino superior vão deixar de exigir matemática como critério de entrada, o que também me parece mau. Talvez o melhor mesmo seja acabar de vez com a matemática. Só assim o problema fica resolvido para sempre. ||



Nós que diariamente acompanhamos a vida das empresas, não fomos os responsáveis pela contabilidade e obrigações fiscais que das nossas funções decorrem, ficaram, de quando em vez, surpreendidos por notícias que alimentam a imprensa deste pacífico e bem intencionado País.

Notícias por vezes esperadas, outras evidentemente desejadas, mais outras que compreendemos fazendo parte de um programa de estratégias políticas e, quem sabe, de natureza psicológica, como que enviando "recados" a quem deles não precisa.

A maioria de nós não é político, mas todos temos uma veia de tal natureza, pelo que compreendemos perfeitamente as mensagens que são produzidas com o objectivo de "prevenir" eventuais desvios no cumprimento das obrigações fiscais. E, a não ser assim, tornar-se-ia incompreensível a notícia recentemente veiculada pelos diversos media, sob o título "Administração Fiscal detecta deduções indevidas superiores a 100 milhões de euros".

Incompreensível porque o que está em causa é o facto dos sujeitos passivos de Imposto Sobre o Rendimento, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente o art. 48.º, nº 2, terem deduzido - indevidamente e por excessão - prejuízos de exercícios anteriores aquando da liquidação do IR do respectivo exercício. Ou seja, se no exercício "N" a minha empresa apresentar um prejuízo fiscal de determinado montante, eu tenho o direito de num ou mais dos seis exercícios posteriores, poder deduzir ao lucro tributável aquele prejuízo, de modo a minimizar o rendimento global sujeito a tributação.

Assim, não se compreende a razão pela qual a Admi-

OPINIÃO DA CTOC  
**ARMANDO MARQUES**  
Vice-Presidente da Direcção da CTOC

nistração Fiscal não conhecia há muito os resultados negativos e/ou positivos apresentados pelas empresas, porquanto as declarações de imposto são devidamente tratadas informaticamente por aquela - obviamente constante de uma base de dados que é, necessariamente, comparável ano a ano -, de modo a evitar que o sujeito passivo viesse a adulterar os prejuízos de cada exercício.

Não é de admitir que tal não aconteça e muito menos que não se averigüe a responsabilidade pela adulteração dos dados, sabendo que só o Técnico Oficial de Contas pode submeter as declarações de rendimento, pelo que este profissional não pode ignorar o cumprimento da legislação em vigor, muito menos o clausulado na alínea a) do n.º 1 do art. 55.º do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

*"Não se compreende a razão pela qual a Administração Fiscal não conhecia há muito os resultados negativos e/ou positivos apresentados pelas empresas".*

Obviamente que a situação descrita, a ser verdadeira, implica uma séria reflexão dos comportamentos profissionais, uma vez que está em jogo o desempenho consciente e diligente das funções de Técnico Oficial de Contas, bem como o respeito pelas normas legais aplicáveis.

Temos a consciência de estar a contribuir para uma profissão mais digna, onde impere a competência, a idoneidade, a integridade, a responsabilidade e outros princípios próprios de uma classe profissional que exerce funções de interesse público, pelo que nos surpreende a notícia que acima referimos.

Também a impossibilidade da Administração Fiscal não ter detectado ano após ano a violação dos prejuízos deduzíveis em sede de imposto sobre o Rendimento não deixa de ser passível de uma crítica pública, pois o País vive, essencialmente, das receitas de natureza fiscal, pelo que, como qualquer empresa, o Estado tem o dever de zelar pela recolha dos seus créditos, garantindo assim aos cidadãos a devida eficiência na cobrança. No entanto... tudo é possível. ||



NEGÓCIOS À PARTE  
**JOÃO CAIADO GUERREIRO**  
Advogado

Lisboa pode ser a capital dos negócios do Atlântico. Tem de ser. E, como referia recentemente um trabalho que circulava na net, assinado pela BBDO, Portugal bem se poderia re-caracterizar como "Portugal: A Costa Oeste da Europa" - Portugal West Coast Europe. Beneficiando assim, do bom nome da West Coast USA. E afastando-se da menos boa reputação, para negócios e em termos de desenvolvimento, dos países do sul. Sucede que Lisboa tem várias vantagens competitivas, que pode impor, num momento em que a concorrência é cada vez mais entre cidades e não apenas entre países. Além da cultura, da beleza natural e não só, da simpatia das gentes, do aeroporto internacional e do clima, Lisboa tem outra coisa que a distingue de todas as outras capitais europeias: a praia. Recentemente, um advogado alemão que trabalhou contigo durante alguns meses, dizia-me "isto não foi bem trabalhar, poder ir à praia todos os fins-de-semana, você não imagina o que isto é para uma pessoa do meu país. Viver aqui é mesmo bom". Qualidade de vida é uma coisa cada vez mais procurada pelos trabalhadores do conhecimento, pessoas de alto rendimento que procuram residir ou pelo menos passar férias, em cidades com uma oferta diversificada, sofisticada, que ofereçam beleza natural e... praia. Ou, as novas tecnologias e a baixa dos preços das telecomunicações permitem que muitas destas pessoas hoje em dia vivam em Lisboa e tenham "escritório" em Londres ou Paris. O que acontece é que têm acesso remoto aos servidores das suas empresas; comunicações de voz e tele-

## Vicissitudes da Segurança Social



A OUTRA VERSÃO  
**AFONSO PIRES DIZ**  
Coordenador da USI

Na década de setenta trabalhámos na Previdência Social. Foi o nosso primeiro emprego, a sério. Tivemos a oportunidade de o privilégio de nele aprender muito daquilo que, modestamente sabemos. De facto, a Caixa Nacional de Pensões foi a nossa escola prática. O nosso contacto diário com os problemas dos beneficiários e reformados foi decisivo no cimento das nossas preocupações sociais. Convém referir que, à época, aprendíamos o "Manual de Direito Administrativo", de Marcello Caetano, que a Previdência Social, à semelhança de outros organismos, era considerada como integrando o sector público da nossa economia. Digas-se, desde já, que o rigor, a exigência e a responsabilidade eram as normas que os colaboradores da Previdência Social obedeciam de muito alto grau. Por isso eram bem remunerados. As suas tabelas salariais eram superiores às do sector privado e público; descontavam para as caixas de previdência e abono de família distritais como empregados de escritório.

Embora gerida e subordinada ao "ministério das corporações e previdência social" tinha autonomia económica e financeira. Pelo que possuía uma política de investimentos da criação da política de investimento do Governo. Como é do conhecimento geral, a Previdência Social era a maior proprietária de Portugal, para além dos bairros sociais, tinha numerosas prédios de habitação nas melhores zonas de Lisboa e de outras cidades do País e era detentora de inúmeras participações sociais em grandes empresas industriais e do sector terciário. Aprendemos, então, que os trabalhadores portugueses tinham que construir a sua pensão, mediante os inerentes descontos salariais, para mais tarde poderem usufruir de uma reforma tranquila. A criação de um plano individual de reforma, gerido pelo sector privado ou pelo sector empresarial do Estado (como é a Caixa Geral de Depósitos) e adoptado por milhões de cidadãos, é solução para garantir a rentabilidade dos fundos aplicados. Querer garantir a sustentabilidade da Segurança Social e nada fazer em matéria de rentabilidade dos seus capitais é o caminho mais fácil para o desastre. Em trinta e dois anos não aprendemos a lição? ||

dos no pagamento de regimes não contributivos. Por outras palavras: os sucessivos governos utilizaram abusivamente o dinheiro dos trabalhadores portugueses. Para justificar o descalabro e "tapar buracos" nunca orçamentados, a Segurança Social começou - e continua até hoje - a vender o seu património imobiliário. E como o seu activo circulante foi para a prática, qualquer dia serão os nossos netos que pagarão as nossas pensões...

As sucessivas leis-de-base da Segurança Social, quais paliativos apenas têm adiado a resolução do problema. Com efeito, o sistema da repartição precisa cada vez mais do IVA social. Isto é, as nossas contribuições são insuficientes e, por isso, o sistema só é exequível com recurso aos impostos que todos pagamos.

É urgente reflectir a situação. Como em muitos aspectos da vida social, em Portugal, em matéria de segurança social passamos "do oito para o oitenta". Em nome de um desejável Estado-Social foram feitos muitos convites ao consumo e ao desperdício. Para além da produtividade, desprezou-se a indispensável poupança individual pelo que, dado o estado moribundo em que se encontra o rendimento disponível das nossas famílias ou mesmo o muito baixo rendimento médio do trabalhador português, é quase impossível poupar seja lá o que for. É necessário que a Segurança Social volte a investir em produtos reprodutivos, isto é, que tenham a capacidade de gerar mais riqueza. Tal desiderato só é alcançável com um sistema que tenha uma razoável componente de capitalização, o que também implica a reforma poupança.

A criação de um plano individual de reforma, gerido pelo sector privado ou pelo sector empresarial do Estado (como é a Caixa Geral de Depósitos) e adoptado por milhões de cidadãos, é solução para garantir a rentabilidade dos fundos aplicados. Querer garantir a sustentabilidade da Segurança Social e nada fazer em matéria de rentabilidade dos seus capitais é o caminho mais fácil para o desastre. Em trinta e dois anos não aprendemos a lição? ||

RIQUEZA DA NAÇÃO

**PAULO PEIXOTO**  
Empresário e Vice-presidente da Associação das PME-Portugal

## A comparação

Afinal a economia Portuguesa não é o patinho feio da União Europeia.

Um estudo recente promovido pelo CER - Centro para a Reforma Europeia concluiu que a economia Italiana é aquela que está em situação precária, prestes a não ser considerada uma mais-valia para a competitividade da "eurozona" e a ver as vantagens da sua presença serem ultrapassadas pelas desvantagens. Portanto, estamos perante um "case study" sobre o qual poderíamos e, sobretudo, deveríamos reflectir.

Isto porque, tal relatório aponta determinados aspectos como fundamentais para o desenvolvimento de uma economia, tais como política de investimentos, produtividade, inflação, consolidação orçamental, liberalização do sector dos serviços, flexibilidade dos mercados de trabalho, isto para não alargar mais a lista. Assim sendo, e porque não nos devemos rir do vizinho, seria prudente analisar cada um destes factores individualmente, e fazer mesmo uma comparação com o nosso "burgo", para aquilatar os dos verdadeiros perigos que corremos.

Começando pelo investimento, rapidamente concluímos que o investimento do Estado é o mais baixo desde 2000. E não venham agora dizer que é preciso fazer o disparate da Ota, para aumentarmos tal rubrica!!!

É lógico que a despesa pública tem de estar controlada, mas não pode ser só à custa do (des)investimento.

Se focalizarmos na produtividade, também rapidamente constatamos que a política nacional, não é prática recomendada. E isto porque, não obstante o anúncio do investimento de 25 milhões de Euros na Blaupunkt, isso não passa de uma gota no oceano. Se o Ministério da Economia sabe, como apregoa, que estes apoios são fundamentais para "... aumento de produtividade, ... produção de valor acrescentado, ... capacidade de indole tecnológica fortalecida, ... aumento das exportações..." então porque não se alargam tais apoios a um maior número de entidades, que devido à sua dimensão, não têm forma isolada de atingir tais questões, mas que na verdade são o verdadeiro tecido da economia Nacional? É claro que estou a falar das PME's.

Aliás, o próprio Ministério da Economia, reconhece que esta empresa, agora investida, é um centro de desenvolvimento para as pequenas e médias empresas fornecedoras. Assim sendo, também não pode ignorar que tais apoios poderiam e deveriam ser efectuados quer a montante quer a jusante.

Outro dos aspectos que permitiria mais competitividade a nível empresarial é sem qualquer margem para dúvida o acesso ao crédito por parte das empresas.

Portugal é o segundo país da zona euro, com as taxas de juros mais elevadas, a que só por si demonstra que, para além de caro, é um bem em vias de extinção. A política de financiamento bancário privilegia o crédito ao consumo, em detrimento do crédito às empresas que se traduziria numa mais valia competitiva e um incentivo ao investimento. Será por isso, e também pela dualidade de critérios relativamente às taxas de IRC, que o sector financeiro é o mais rentável em Portugal.

Voltando ao problema italiano, e ao referido estudo, verificamos que é sugerida uma reforma económica rápida e sobretudo firme. Segundo o mesmo, só assim se conseguirá assegurar a vitalidade e qualidade económica.

Portanto fazendo a respectiva analogia para o cenário nacional, até porque com o italiano podemos nós bem, é urgente proceder a tais reformas, sob pena de termos reservado o mesmo cenário que aguarda os italianos, e que é tão só 20% de probabilidades de recuperar da posição séria e em que se encontra. ||



## Lisboa e a Costa da Caparica

conferência e colaboração via web, de uma forma tal que basta ir ao "escritório" dois ou três dias por mês. Traje de de teletrabalho, mas a grande distância... Estes profissionais gostam de aproveitar os altos salários que se ganha por essa Europa e juntam-lhe uma excelente num clima agradável e numa cidade com custos bem mais baixos.

Para nós, Portugueses e Lisboaetas, esta oportunidade é boa de mais para deixar passar. E é por isso que resolvi falar da Costa da Caparica. Sou, desde criança, o marinheiro, por isso, conheço bem a nossa costa e as nossas excelentes praias. Os fundadores desta cidade, escolheram muito bem a sua localização: se Lisboa tirasse partido das suas condições naturais, seria uma cidade muito mais rica. Porém, quem atravessa a ponte e vai para a praia da Caparica depara com um espectáculo onde os títulos lamentáveis não é só a própria vila da Caparica que é feia. A estrada para as praias do lado ra, dos estacionamentos selvagens, a falta de instalações de apoio e de limpeza e arruino, são exemplo do nosso terceiro mundismo. Manifestamente, a Câmara de Almada não é capaz nem quer de desenvolver e melhorar a costa. Por isso mesmo, o Governo, e José Sócrates têm mostrado coragem, deve tomar a seu cargo o desenvolvimento daquela zona.

Os Lisboaetas, mais de um milhão todos - eiras-de-semana, atravessam o Tejo, para ir para a praia. E merecem mais: merecem avenidas rasgadas com passeios para passear a pé, merecem cafés e estacionamentos e condições: bons acessos, hotéis para turistas - que trazem riqueza e emprego. Não merecem o que a Câmara de Almada não quis fazer nem o que de mal fez: parques de campismo que parecem lixeiras, onde roulotteiros estão estacionados à trinta anos; estradas estreitas: com buracos; estacionamentos selvagens.

Os Lisboaetas e os Almadaetas merecem mais, merecem que o Governo faça ali o que fez na Expo 98: tome a liderança do processo, e no respeito pelo meio ambiente, construa acessos decentes, autorize a construção de hotéis, casas, lojas, enfim: deixe a cidade crescer com beleza e bom gosto, para junto do mar. Os habitantes da grande Lisboa, incluindo de Almada, merecem muito melhor que aquilo que é a Caparica hoje. E precisam desse desenvolvimento, se tornará a vida melhor, a cidade mais rica e Portugal um país mais desenvolvido. Será pedir muito um plano de desenvolvimento da Costa da Caparica, feito a pensar nas pessoas e para elas? ||